

Wealth High Governance
Holding Financeira S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultado	4
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	8

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Wealth High Governance Holding Financeira S.A. (“Companhia” ou “WHG Holding”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 7º andar, conjunto 72, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 01.453-000. A WHG Holding foi constituída em 02 de fevereiro de 2022 e tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A WHG Holding detém 100% de participação societária em sua controlada, conforme demonstrado a seguir.

1.1 Participação em Controlada

Wealth High Governance Distribuidora Titulos e Valores Mobiliarios S.A. (“Controlada” ou “WHG DTVM”):

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na WHG DTVM, controlada com sede social na Avenida Cidade Jardim, nº 803, 7º andar, conjunto 72, Itaim Bibi, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 01.453-000. A Controlada foi constituída em 11 de maio de 2022 e tem como objeto social:

- a. Operar em recinto ou sistema mantido por bolsa de valores;
- b. Subscriver, isoladamente ou em consórcio com outras Companhias autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda;
- c. Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;
- d. Comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- e. Encarregar-se da custódia de títulos e valores mobiliários;
- f. Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;
- g. Intermediar operações de câmbio;
- h. Praticar operações no mercado de câmbio, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- i. Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- j. Realizar operações compromissadas;
- k. Operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pela CVM e pelo Banco Central do Brasil nas suas respectivas áreas de competência;
- l. Prestar serviços de intermediação em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais;

- m. Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Bacon Central do Brasil e pela CVM.

Adicionalmente, segundo informações da direção da Companhia, até a emissão destas demonstrações financeiras o Banco Central ainda não havia aprovado o início das atividades da Controlada.

1.2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a NBC TG 1000, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através das Resoluções no 1.255/09, no 1.285/10 e no 1.319/10. Estes pronunciamentos foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através do CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração para emissão em 14 de Abril de 2023.

2 Base de preparação

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual moeda influencia significativamente o valor de seus serviços e a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios do Grupo.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, A Companhia classifica em três níveis as informações (inputs)

aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão classificados no Nível 2.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes ativos e passivos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

– Os instrumentos financeiros não-derivativos a valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras da Companhia, e demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os impactos do investimento em controlada, ocorre quando há:

- Distribuição e outros ajustes ao valor contábil: Quando há distribuições recebidas da entidade controlada reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil também podem ser necessários como consequência de mudanças no patrimônio líquido da entidade controlada decorrentes de itens de outros resultados abrangentes;
- Redução ao valor recuperável. Se existe indicação de que um investimento em controlada pode ser reduzido ao seu valor recuperável, o investidor testa todo o valor contábil do investimento para redução ao valor recuperável. Qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) incluído como parte do valor contábil do investimento na controlada não é testado separadamente para redução ao valor recuperável, mas sim como parte do teste de redução ao valor recuperável do investimento como um todo;
- Transação do investidor com controlada. Se o investimento em controlada é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial, o investidor elimina lucros e prejuízos não realizados, resultantes de transações da controlada para o investidor e deste para a controlada, na medida da participação do investidor na controlada. Prejuízos não realizados em tais transações podem fornecer evidência da necessidade de redução ao valor recuperável do ativo transferido;
- Perdas que excedam o valor contábil do investimento. Se a participação de um investidor nas perdas de controlada for igual ou exceder o valor contábil de seu investimento na controlada, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas adicionais. Após a participação do investidor ser reduzida a zero, o investidor deve reconhecer as perdas adicionais como provisão apenas na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou não formalizadas (construtivas) ou tenha efetuado pagamentos em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente reporta lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação daqueles lucros apenas depois que sua participação dos lucros for igual à participação das perdas não reconhecidas.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez imediata quando aplicável, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

A rubrica de clientes é reconhecida inicialmente na data em que tais saldos foram originados. Os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financeiro significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - “VJORA” – instrumento de dívida, ao “VJORA” – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio de resultado - “VJR”.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

O contas a receber e outros ativos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A

despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram;
- ou transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: (i) substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou; (ii) a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Outras contas a pagar é classificada na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

3.4 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos da Companhia são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros

tiveram perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2022, portanto, não houve indício de *impairment*.

3.5 Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

3.6 Impostos sobre a receita

A Companhia é tributada baseada no regime não-cumulativo. Neste regime, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas oriundas do faturamento. As receitas financeiras também são tributadas sob as alíquotas de 0,65% e 4,00% respectivamente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os impostos sobre o lucro são apurados pelo lucro real, onde inicialmente baseado pelo resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões temporárias e permanentes, gerando a base fiscal. Sobre esta, aplicam-se as alíquotas de 15% para imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240 ao ano e 9% para a contribuição social.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim composto:

	<u>31/12/2022</u>
LTN (i)	<u>10.710</u>
Total	<u><u>10.710</u></u>

- i. Os Representam aquisição de 13.484 LTN – Letras do Tesouro Nacional com vencimento em 01 de janeiro de 2025, com rendimento prefixado, garantidos pelo Governo Federal. Considerada como disponibilidade por ter conversibilidade imediata em dinheiro e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, conforme CPC03 (Demonstrações dos Fluxos de Caixa). Essas LTNs foram depositadas em 27/05/2022 no Banco Central com o objetivo de aprovação do capital inicial da WHG DTVM, e ainda se encontra em processo final de aprovação pelo Banco Central

5 Obrigações Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de obrigações tributárias está composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e contribuição social	31
COFINS a recolher	4
PIS a recolher	<u>1</u>
Total	<u><u>36</u></u>

6 Contas a Pagar - Partes Relacionadas

O saldo de Contas a Pagar – Partes Relacionadas é representado por valores a serem pagos por transações com outras empresas do Grupo:

	<u>31/12/2022</u>
WHG Participações	<u>315</u>
Total	<u><u>315</u></u>

As contas a pagar do Grupo são substancialmente realizáveis em um prazo médio de 30 dias.

7 Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional da Companhia é de R\$10.000 representado por 10.000.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade da WHG Holding Participações S.A.

8 Despesas Administrativas

As despesas administrativas da Companhia estão representadas em 31 de dezembro de 2022 da seguinte forma:

a) Serviços Prestados

	2022
Serviços Técnicos Especializados	55
Software	1
Total	56

b) Despesas Tributárias

	2022
COFINS	28
PIS	5
Total	33

c) Impostos e Taxas

	2022
Penalidades Fiscais	2
Taxas Estaduais	1
Taxas Municipais	3
Total	6

d) Outras Despesas

Referem-se a despesas com legalização, software e com serviços técnicos especializados necessários para a criação e implementação da WHG DTVM.

9 Resultado financeiro

A totalidade do resultado financeiro é composto pela receita financeira da aplicação em LTN.

10 Imposto de renda e contribuição social

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real:

Lucro real	2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	548
Adições e exclusões permanentes	
(+) Outras adições/exclusões permanentes	66
Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais	614
Imposto de renda (15%) – (i)	(92)
Imposto de renda - adicional (10%) – (i)	(42)
Contribuição social (9%) – (ii)	(55)
Total	(189)
Total Imposto de renda (i)	(134)
Total Contribuição social (ii)	(55)

11 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

12 Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2022 até a data da aprovação dessas demonstrações financeiras não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial. Econômica e financeira da Companhia.